

# Egídio sugere mandato de 4 anos para Sarney

Contrariando resultado da subcomissão, que aprovou 5, seu parecer pode acabar rejeitado



Egídio ouviu o conselho de Covas e ressuscitou o mandato de 4 anos que havia sido rejeitado na Subcomissão. Agora, a luta começa de novo

## Militante sabia que ia morrer

Bauru (SP) — Para a família, a morte de Márcio Leite de Toledo é um caso encerrado, desde seu sepultamento há 16 anos. Todos os parentes tinham o conhecimento de que ele tinha sido morto pelos próprios colegas da Aliança Libertadora Nacional e o próprio Márcio sabia que estava indo de encontro com a morte, quando se preparava para uma reunião com os membros da ALN para discutir uma disputa pela liderança da organização terrorista.

Esta explicação foi dada ontem, em Bauru, por dona Marina de Toledo, esposa do professor Mauro Leite de Toledo, irmão de Márcio, ao saber das declarações do ex-terrorista da ALN, Carlos Eugênio Sarmento da Paz, revelando a versão de que o crime foi decorrente de uma disputa pelo poder dentro da Aliança Libertadora Nacional. Márcio Leite de Toledo morreu na capital paulista metralhada, há 16 anos. Ele tinha na época 26 anos de idade, era estudante de Direito. Segundo a família, ele militou durante três anos na ALN e era considerado o segundo na hierarquia da organização, liderada por Carlos Marighela. Márcio abandonou a Faculdade de Direito, para cumprir um ideal de vida.

A família não tinha conhecimento de suas atividades terroristas até que ele foi preso em São Paulo e acusado de subversão. Márcio só foi libertado por causa da interferência de outro irmão, Maurício Leite de Toledo, que na época era deputado federal pela extinta Arena. "A partir de então, sempre subimos de suas atividades clandestinas e temíamos pelo seu fim, o que de fato aconteceu, mas lutando contra seus próprios colegas e não contra as forças de repressão ao terrorismo montada pelo governo" — disse dona Marina.

Ela explicou que Márcio era considerado o "mentor intelectual" da ALN em São Paulo e responsável pela organização das ações promovidas pela Aliança. Porém, dona Marina garante que Márcio não participava de atividades externas, como ele garantiu em cartas que escrevia para o pai, falecido professor Antônio Eufrásio de Toledo.

## Sarney explica intervenção a Hélio Gueiros

Belém — O governador do Pará, Hélio Gueiros, viaja hoje para Brasília, onde terá uma audiência com o presidente José Sarney para tratar da intervenção do Banco Central no Banco do Estado do Pará, há pouco mais de uma semana.

Na quinta-feira, após uma semana de retaliações entre o Banco Central, que insiste em afirmar a existência de um rombo de Cz\$ 6,8 bilhões no Banpará, e o governador Hélio Gueiros, que rompeu relações com todos os dirigentes do BC, o presidente José Sarney interveio na questão, convidando o governador paraense para ir a Brasília hoje a fim de negociar o que já se convencionou chamar de "administração compartilhada" para o banco paraense, que atenda tanto aos interesses do BC como do governo do estado. A audiência, em princípio marcada para hoje, ficou de ser confirmada ontem à noite pelo próprio Presidente.

## Cardoso considera prorrogação imoral

Belo Horizonte — "Prorrogação é imoralidade. Eu não creio que o presidente José Sarney tenha sugerido isso", reagiu ontem o governador Newton Cardoso à proposta de prorrogação do mandato dos prefeitos, fazendo coincidir as eleições municipais com a sucessão presidencial. Na tese dos cinco anos de mandato para o Presidente, Cardoso, entretanto, discorda da alternativa sugerida por lideranças do PMDB de realização das eleições presidenciais em 1988. Ele insiste na importância de se manter a tradição republicana de cinco anos de mandato, realizando-se "eleições solteiras", em 1989.

— Eu não vejo por que tanta preocupação com eleições continuadas. Isso não prejudica ninguém, ao contrário. Devemos consultar sempre o povo para aferir o prestígio de cada um — argumentou o governador.

Newton Cardoso não vê sentido, também, na realização do encontro das bases do PMDB, proposto para o fim deste mês, em convenção extra-oficial que discutiria a duração do mandato presidencial e o sistema de governo desejado pelo partido.

Agressão à democracia. E assim que o deputado Pimenta da Veiga vê a proposta do presidente José Sarney de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, de maneira a fazer coincidir as eleições municipais com as presidenciais. Para ele, não há hipótese de essa ideia passar no PMDB e nem mesmo a Constituinte pode, licitamente, admitir a prorrogação de mandatos eletivos. "Se o problema é evitar eleições sucessivas, antecipamos as eleições presidenciais", disse Pimenta.

O deputado acha que a banca da mineira deu uma demonstração de bom senso ao adiar a definição de sua posição sobre o mandato do presidente Sarney para o momento da votação da Constituinte, uma vez que a tendência hoje entre os deputados é muito dividida. Pimenta considera que a duração do mandato do Presidente está vinculada aos rumos que o governo dará à economia do País: "Se as coisas continuarem como estão, nós teremos um mandato mais curto para o Presidente. Se elas forem corrigidas, tudo pode ser diferente. Pessoalmente digo que, se fosse obrigado a me definir hoje, decidiria por um mandato de quatro anos", observou o deputado.

Luiz Henrique também é contra

Luiz Henrique também é contra

### PDT quer diretas após Constituinte

Porto Alegre — O PDT gaúcho espera obter o "sinal verde" de seu líder máximo, o ex-governador Leonel Brizola, para deflagrar imediatamente a campanha que pretende recolher um milhão de assinaturas para uma proposta popular à Constituinte marcando eleições presidenciais diretas logo após o término de seus trabalhos. O presidente regional do partido, Sereno Chaise, pretende obter a autorização amanhã, quando Brizola chega ao estado e será recepcionado por seus correligionários como candidato.

O diretório metropolitano do partido vai lançar, na chegada de Brizola, um livreto sobre a "vida do político e administrador", que vendido a Cz\$ 10,00, pretende arrecadar fundos para a campanha.

coincidir as eleições municipais com as presidenciais. Para ele, não há hipótese de essa ideia passar no PMDB e nem mesmo a Constituinte pode, licitamente, admitir a prorrogação de mandatos eletivos. "Se o problema é evitar eleições sucessivas, antecipamos as eleições presidenciais", disse Pimenta.

O deputado acha que a banca da mineira deu uma demonstração de bom senso ao adiar a definição de sua posição sobre o mandato do presidente Sarney para o momento da votação da Constituinte, uma vez que a tendência hoje entre os deputados é muito dividida. Pimenta considera que a duração do mandato do Presidente está vinculada aos rumos que o governo dará à economia do País: "Se as coisas continuarem como estão, nós teremos um mandato mais curto para o Presidente. Se elas forem corrigidas, tudo pode ser diferente. Pessoalmente digo que, se fosse obrigado a me definir hoje, decidiria por um mandato de quatro anos", observou o deputado.

A tese lançada semana passada pelo Palácio do Planalto, através do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), e do líder do Governo, Carlos Santana, de se prorrogar para oito anos os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, continua encontrando resistências dentro do próprio conjunto de forças políticas que dão sustentação ao presidente José Sarney. Em Campina Grande, na Paraíba, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, que participou de uma comitiva de mais de 400 constituintes que foram ver de perto a chamada "seca verde", afirmou ontem que a proposta não vingará. Embora admita não ter tomado conhecimento "formal" da articulação, ele não crê que essa proposta encontre ressonância junto aos próprios políticos que compõem a Aliança Democrática.

Acho que já foi um erro muito grande do governo anterior prorrogar os mandatos municipais dos eleitos em 1976, pois a duração do mandato de prefeito deve, em sua essência, ser de quatro anos. Acho que o povo conferiu a esses políticos o mandato que, por lei, deve ser cumprido. Sou absolutamente contra — acentuou.

Já o presidente do Senado, Humberto Lucena, atribuiu a ideia a mais uma especulação lançada à opinião pública.



Pimenta: agressão à democracia

### Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação

### Relatório sai só de madrugada

Os relatores das oito comissões temáticas passaram mais um fim de semana debruçados sobre os relatórios, mas todos conseguiram entregar os substitutos no prazo, encerrado ontem à meia-noite. De acordo com o cronograma instituído pelo regimento interno da Constituinte, hoje mesmo serão distribuídos os avulsos impressos, para que comece a contar o prazo de 48 horas para o encaminhamento de emendas sobre os substitutos pelos membros das comissões.

Um único que teve problemas com o tempo foi o relator Artur da Távola (PMDB-RJ), da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Trabalhando contra o relógio para cumprir o cronograma, já passava das 21h e ele só havia conseguido se definir quanto às questões referentes aos itens Comunicação e Ciência e Tecnologia. Com a ajuda de seus assessores, o relator teria que, em cerca de três horas, cuidar da redação final de temas polêmicos como o aborto e divórcio, específicos da parte que trata da Família.

Desde o início dos trabalhos em sua Comissão, Artur da Távola está às voltas com problemas para o acompanhamento dos prazos do cronograma, por causa de erros de impressão nos relatórios das subcomissões. A princípio o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães havia permitido que sua Comissão entregasse o substitutivo na próxima terça-feira, mas ontem mesmo o relator foi comunicado que teria de acelerar os trabalhos para que o substitutivo fosse encaminhado à Gráfica do Senado no prazo normal — ou seja, até a meia-noite de ontem.

O deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, também foi atropelado pelos prazos. Para não fugir do cronograma, ele foi obrigado a trabalhar em regime de plantão no Prodases, onde chegou por volta das 16h do sábado, só saindo para atender a um chamado do presidente Ulysses Guimarães, às 17h de ontem.

### OS NOVOS PRAZOS

Com a conclusão dos substitutos, a partir de hoje começa uma nova fase nos trabalhos da Constituinte. Agora, os próximos passos são o encaminhamento de emendas pelos membros das comissões, novo parecer dos relatores sobre estas emendas, votação e encaminhamento do substitutivo à Comissão de Sistematização, o que deve acontecer já na próxima segunda-feira.

Hoje mesmo serão distribuídos os avulsos dos substitutos, que deverão seguir a seguinte tramitação durante a semana.

**Segunda e terça-feiras:** Recebimento de emendas sobre os substitutos.

**Quarta e quinta-feiras:** Os relatores deverão elaborar novo parecer sobre as emendas, concluindo com a redação do novo substitutivo.

**Sexta-feira:** Início do período de discussão e votação do substitutivo.

**Sábado e domingo:** Encaminhamento dos oito projetos para a Comissão de Sistematização.

### MARBA FURTADO Da Editoria de Política

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, propõe quatro anos para o mandato do presidente José Sarney, no anteprojeto que apresenta hoje à apreciação da Comissão. A proposta contradiz o relatório da Subcomissão do Poder Executivo, em que deveria se basear, a qual aprovou com apoio de vários peemedebistas mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Com uma cópia do substitutivo ainda em elaboração, Egídio Ferreira Lima deixou o Prodases, Senado Federal, ontem à tarde, atendendo o convite do senador Mário Covas para ir à casa de Ulysses Guimarães, onde se realizou uma reunião de mais de duas horas buscando entendimento em torno de temas polêmicos. Na conversa com os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Antônio Brito (RS) e Carlos Sant'Anna (BA); os senadores Mário Covas, e Fernando Henrique Cardoso (SP) e o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, o relator não teria sido questionado sobre o mandato do presidente Sarney, segundo ele mesmo afirmou à saída do encontro.

Antes da reunião, o deputado expôs os pontos principais de seu texto, afirmando que seu substitutivo "traz muitos avanços, na tentativa de criar um sistema de governo que dê estabilidade política ao País, traga a modernização de suas instituições e evite conflitos futuros".

O mandato do presidente Sarney não foi alvo do questionamento de Ulysses durante a reunião, porque, como lembrou o próprio senador Mário Covas, a matéria já teve seu tratamento no anteprojeto do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, que propôs quatro mas foi obrigado a aceitar cinco anos depois que sua proposta foi alterada na votação.

"Você propõe isto no seu relatório?", perguntou Mário Covas, surpreso, para Egídio, demonstrando logo em seguida a afinidade de ideias entre os dois. "Não é o substitutivo de Egídio que está de acordo com o que penso. E ele mesmo", ressaltou.

Como não houve questionamento a respeito deste dado, Egídio Ferreira Lima só teve que expor, para negociação, matérias sobre o sistema de Governo, ficando livre de pressões de Carlos Sant'Anna e Ulysses Guimarães sobre a proposta de quatro anos para o mandato do presidente Sarney. O deputado quer eleições para a Presidência em 15 de novembro do ano que vem e, logo em seguida, a criação do Parlamentarismo que se estabelecerá precedido de uma fase de transição e adaptação de todas as instituições brasileiras. "Propoñho a formação de uma comissão, que deve ser composta por membros dos po-

deres Executivo e Legislativo, para efetivar estas adaptações", lembra ele.

Se dependesse dele, o Parlamentarismo seria instituído já, amanhã é a confiança que deposita neste sistema. "É singular, muito versátil e funcional", diz o deputado. "O parlamentarismo só surge quando o processo político evolui. Ele é a própria evolução dentro deste processo. E um criador de líderes e um estimulador da política", lembra ainda.

Neste regime, de acordo com suas propostas substitutivo, o presidente da República será o chefe de Estado; o primeiro-ministro, o chefe do Governo. Com competência legislativa, o presidente será o responsável pela supervisão da administração do País, enquanto o primeiro-ministro se incumbirá da "alta administração", do gerenciamento econômico, da ordem social e terá o poder do veto.

Egídio entende que, por se constituir em um período de transição, o mandato do presidente Sarney não deve ser superior a quatro anos. Após instalado o Parlamentarismo, no entanto, ele acha que o mandato deve ser aumentado para cinco anos. Defensor da mudança de sistema já, o deputado acha que o próprio Sarney poderia se dispor a instituir o Parlamentarismo como a Constituinte entende que o Parlamento espera. "Seria um forte favor ao País", ressalta. "Ele ficaria na história como o homem que encontrou o caminho institucional para o Brasil".

Esta sugestão ele encaminhou ontem ao presidente Sarney através de seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. "Ele está disposto a conversar", adiantou ao sair da reunião. E não foi para outra finalidade que os peemedebistas se reuniram ontem. "Conversar para chegar a um consenso", como lembrou o próprio Sant'Anna e o senador Covas. "A unidade do partido passa por este trabalho que Ulysses Guimarães vem realizando, reunindo coordenadores de bancada, líderes e agora relatores", frisou ainda o líder do Governo.

As reuniões em casa de Ulysses Guimarães, já tiveram como convidados os relatores Prisco Viana (da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições), José Serra (do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças), Severo Gomes (da Ordem Econômica), Almir Gabriel (da Ordem Social) e José Paulo Bispo (da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher).

O objetivo destes encontros, segundo ainda o senador Covas, é "ampliar as bases de negociação do partido e deixar os peemedebistas mais unidos na hora da votação dos oito substitutos". Como pontos polêmicos, que vão exigir uma conciliação entre a "pluralidade" do PMDB, Covas aponta a pena de morte e o aborto, "porque fogem completamente ao programa partidário".

## Projeto de J. Serra não agrada os ricos

A briga pelo Fundo de Participação deverá continuar nesta semana. O deputado José Serra (PMDB-SP) não conseguiu manter a proposta de excluir os Estados ricos da divisão do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e a guerra entre o Sul e o Nordeste não terminou. Uma comissão de municipalistas que chega hoje a Brasília e vai ao Congresso disposta a lutar pelos seus interesses quanto à reforma tributária: quer que o Fundo de Participação seja formado pela soma de todos os impostos recolhidos no País e não apenas pelo IPI e Imposto de Renda.

A decisão de José Serra retirar do projeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a proposta que excluía os estados "ricos" do Fundo de Participação, estabeleceu uma briga entre o Sul e Nordeste, e a luta por maiores recursos vai continuar até a aprovação do projeto. O Fundo de Participação, formado por 31 por cento das duas maiores receitas do Brasil — o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda — representou no ano passado um total de Cz\$ 78 bilhões. No projeto aprovado anteriormente pela subcomissão, o Fundo de Participação cresceu, passando para 43 por cento dos dois impostos, mas somente os Estados com renda tributária menor que a média da renda nacional seriam contemplados.

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, reagiu à

### Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e Finanças

proposta de José Serra que favorecia os Estados mais pobres. Se a proposta de distribuição do Fundo de Participação somente para os mais pobres não tivesse sido retirada, o Rio Grande do Sul, que enfrenta problemas financeiros, perderia 8 por cento de sua receita líquida. Uma comissão de gaúchos deve chegar hoje a Brasília para brigar tentando garantir que a Constituição não vá prejudicar somente os estados com renda tributária menor que a média da renda nacional.

O projeto de reforma tributária que está sendo elaborado para a Constituição não satisfaz os municípios, segundo o secretário de Finanças de Recife, Silvano Pessoa. Na sua opinião, apesar dos municípios contarem pelo projeto com sete fontes de receita, os municípios deveriam conservar o Imposto Sobre Serviços, que pelo projeto será incorporado ao ICM. Além disso, deveriam ter exclusividade no Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis e ficar com 75 por cento do imposto sobre Veículos Automotores e não 50 por cento. Estas ideias serão debatidas no plenário da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças nesta semana — com o anteprojeto de José Serra — e prometem ser intensos.

## Adivinhando a Constituinte

ANTONIO BRITO

Tenho recomendado aos que me perguntam como ficará a nova Constituição que leiam com atenção o artigo 33 do regimento interno. De forma clara, ele determina que todas as votações de matéria constitucional serão feitas através do sistema nominal e por maioria absoluta de votos (280 entre 559 constituintes).

São duas realidades simples, mas fundamentais, para quem quer adivinhar o tom político do novo texto. O voto nominal lembra que, a partir de setembro, a opinião pública brasileira se transferirá para o plenário da Câmara dos Deputados, de olho na posição de cada constituinte. Será o momento de desnudar os compromissos, cobrar os discursos e assumir responsabilidade perante a história.

Por outro lado, a maioria absoluta. Ninguém, nem conservadores, nem progressistas, tem os 280 votos necessários. Minorias, não importa de

onde, serão incapazes de definir o rumo da Constituinte. Ela, hoje, depende de uma antiga verdade da política brasileira: a capacidade de cooptação do centro.

Por isso, desde logo, é possível prever que nas questões institucionais, políticas, partidárias e eleitorais, nas garantias individuais, no fortalecimento do Legislativo e do Judiciário, na contenção dos abusos do Executivo, haja tranqüila maioria, formada pelos setores progressistas e os liberais. Na questão econômica, na ordem social a tendência do centro tem sido voltar à direita. Mas isto necessariamente não ocorrerá lá adiante, na hora decisiva. Primeiro, porque é impossível ter futuro eleitoral e político neste País dando as costas às reformas. Segundo, porque os setores de esquerda já devem ter compreendido que os avanços dependem da negociação e esta só se dá em torno de fórmulas intermediárias, cautelosas para agradar ao centro, refor-

mistas para satisfazer aos progressistas.

Até hoje, dez votos definiam as questões nas subcomissões e era possível dividir a Constituinte em dois grupos, radicalizar a disputa e levar a resultados como os verificados nas subcomissões. A partir de agora, aumenta o quorum, diminui o maniqueísmo, começa a política e a negociação. Quem sonha com o contrário — um texto feito à vontade somente da direita ou da esquerda — não conhece nem o regimento, nem os números da Constituinte. Certamente estará mais próximo de responder hoje à questão de setembro e de outubro, quando será votado o texto, quem apostar num documento mais liberal que qualquer outro da nossa história no campo institucional, mais avançado do que nunca no social, e no econômico, reformista. Tanto quanto for negociado.

Deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul